

FMI e moratória, só na 2ª etapa

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

Acordo, ou não, com o FMI e suspensão da moratória brasileira são dois assuntos que não entrarão nessa etapa de renegociação do Brasil com os bancos credores. Esses dois temas só ganharão força em janeiro, na segunda etapa da renegociação da dívida externa, segundo garantiu ontem o chefe do Gabinete Civil da Presidência da República, ministro Ronaldo Costa Couto.

Depois de afirmar que as notícias que estão chegando dos Estados Unidos sobre a primeira etapa de renegociação estão sendo boas, Costa Couto afirmou que o presidente José Sarney disse ao ministro Bresser Pereira, da Fazenda, em reunião realizada na semana passada, que é necessário manter o Congresso Nacional informado de toda a evolução da questão da dívida externa. Qualquer solução

nessa área, Sarney entende que só pode ser adotada com o respaldo do Congresso, segundo afirmou o ministro.

SUPERÁVIT

Na segunda etapa de renegociação, Costa Couto afirmou que a questão dos juros será tratada partindo do princípio de que o País não pode obrigar-se a pagar juros acima de um limite suportável, porque, caso contrário, isso seria a volta à condição anterior. Mas, para o Brasil, de acordo com o ministro, também é fundamental a observação do que ocorrerá com a economia norte-americana no futuro, considerando que um terço das exportações brasileiras vai para aquele país.

Se a situação econômica dos Estados Unidos piorar, dificilmente o Brasil manterá seu atual fluxo de exportações, segundo disse Costa Couto, argumentando que a transferência de vendas para outro

país não se processa imediatamente. Acrescentou que seria muito complexo fazer, hoje, uma estimativa para o saldo comercial brasileiro em 1988. Mas disse que o superávit deste ano irá superar a expectativa inicial, chegando a US\$ 10 bilhões, segundo dados da Cacex, quando estavam previstos US\$ 8 bilhões.

"LASTIMÁVEL"

O presidente do grupo de economia do PMDB, deputado Irajá Rodrigues (RS), classificou como "lastimável" o acordo provisório que o Brasil estava prestes a assinar ontem à noite com os bancos credores. Rodrigues participou de encontro com o ministro da Fazenda, Bresser Pereira. Estiveram também no gabinete do ministro o novo líder na Câmara, Ibsen Pinheiro (RS) e o líder do partido no Senado, Fernando Henrique Cardoso. Bresser fez um relato aos

parlamentares sobre as negociações com os bancos credores.

Para Irajá Rodrigues o acordo será lastimável porque não conterá nenhuma cláusula de redução dos juros e **spreads** (taxas de risco). Mas um repórter observou que o acordo provisório não prevê a inclusão desta cláusula, ao que o parlamentar respondeu: "Mas deveria constar".

SEM FMI

Ibsen Pinheiro informou que Bresser Pereira reafirmou, durante o encontro, que o Brasil não aceitará nenhuma cláusula no acordo provisório vinculando o prosseguimento das negociações à volta do Brasil ao FMI. "Ele nos garantiu que não haverá nenhuma forma de submissão a qualquer organismo internacional", acrescentou o líder do PMDB na Câmara. Fernando Henrique Cardoso deixou o Ministério da Fazenda sem falar com a imprensa.